



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS – SEDESTMIDH
CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – CAS/DF

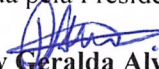
ATA DA 283ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – CAS/DF

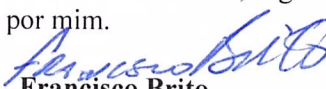
1 Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às 9h20 (nove horas e vinte minutos), na Sala de
2 Reuniões da SEDESTMIDH, no 3º andar da SEPN 515 bloco A, lote 01, sala 301 – Brasília/DF foi convocada
3 a Ducentésima Octogésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal
4 – CAS/DF, e **compareceram** os (as) seguintes Conselheiros (as): Marta de Oliveira Sales (Secretaria de Estado
5 de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH);
6 Kariny Geralda Alves Veiga (Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade
7 Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH); Orlando Ilorca (Secretaria de Fazenda do DF); Zilmar Pereira
8 de Souza (Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal); Hanna
9 Magalhães Michiles (Secretaria Adjunta do Trabalho – SEDESTMIDH); Alessandro Sá Araújo (Secretaria de
10 Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável); Bianca Regina de Lima Salomão (Secretaria de Estado
11 de Educação); Naum Rosivaldo dos Santos (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão);
12 Giane Rodrigues Costa Ribeiro (Secretaria de Estado de Saúde); Lucinéia Moreli Machado (Secretaria de
13 Estado de Saúde); Hernan Dutra Soares Pena (Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer); Mara Staut
14 Andrade (Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer); Patrícia Andrade Silva Mello (Aldeias Infantis
15 SOS Brasil); Neidiana Adriana Jerônimo da Cunha (Casa do Caminho); Emanuelle Castro Rodrigues (Centro
16 de Ensino e Reabilitação – CER); Ismael Ferreira de Oliveira (ASCOM de São Sebastião); Fabiana Ferreira
17 de Mores Silva (Associação Casa Santo André); José Donizetti de Melo (OASSAB); Edijanes Rosa Araújo
18 (Usuários); Lenice Neres dos Santos (Usuários); Janaína Conceição C. Queiroz (Usuários); Igor Alves dos
19 Santos (CRP 01); Francisco Rodrigues Corrêa (Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes,
20 Religiosas e Filantrópicas do DF); (Rosalda Nunes do Prado (Sindicato dos Assistentes Sociais do DF); Ícaro
21 de Jesus Maia Cavalcanti (OAB/DF), e a equipe da Secretaria Executiva. **Justificaram ausências os (as)**
22 **Conselheiros (as):** Valdemar Martins da Silva (Casa de Ismael); Ana Paula do Nascimento G. da Silva (Obras
23 Sociais do Centro Espírita Bатуíra); Andreia de Moura Barbosa (usuários); Nathália Eliza de Freitas (CRESS);
24 Hernany Gomes de Castro (ASAS/GDF). Havendo quórum regimental para a instalação da reunião, conforme
25 previsto no artigo 37 do Regimento Interno, Resolução nº 79, de 16 de dezembro de 2010, o Secretário
26 Executivo, na ausência de Mesa Diretora constituída, deu início a reunião saudando os presentes, seguindo
27 com a posse de Conselheiros que ainda estavam pendentes. Esclareceu que após diálogo entre os representantes
28 da sociedade civil, Conselheiros(as) Adriana, Icaro e Lenice, e os representantes do governo, os
29 Conselheiros(as) Zilmar, Marta Sales, Giane e Orlando, ficou acordado a indicação da Conselheira Kariny
30 Geralda Alves Veiga como Presidente do CAS/DF, segmento Governo, e da Conselheira Patrícia Andrade
31 Silva Mello (Aldeias Infantis SOS Brasil), como Vice-Presidente, segmento Sociedade Civil. A Conselheira
32 Adriana pontuou que a comissão após inúmeras negociações, conseguiu esse entendimento, e considerou a
33 importância da continuidade da execução da Política de Assistência Social do Distrito Federal. A Conselheira
34 Marta Sales afirmou que o CAS/DF passou por um momento difícil, mas que serviu como uma experiência de
35 aprendizado, e que após esse consenso, o CAS/DF retomou o andamento dos trabalhos, com mais maturidade,
36 e com as condições necessárias para dá prosseguimento das deliberações. Em seguida, deu-se início a votação
37 da mesa diretora, realizando a chamada de todos os conselheiros titulares presentes, que elegerem a Mesa
38 Diretora por unanimidade. Concluindo-se o processo de eleição, seguiu-se o rito de posse da Mesa Diretora,
39 com a posse da Presidente Kariny Geralda Alves Veiga, que fez um breve discurso de agradecimento,
40 expressou a importância do controle social e entende que o CAS/DF deve se dedicar ao fortalecimento da
41 Política de Assistência Social. Na sequência a Vice-Presidente, Patrícia Andrade Silva Mello, tomou posse e
42 assumiu a palavra contextualizando o processo de recomposição da mesa diretora, e a necessidade da sociedade
43 civil estar presente na sua composição; ressaltou a importância dos conselheiros trabalharem em conjunto em

44 prol da Assistência Social, junto com os usuários dos serviços, e do fato positivo de chegaram ao consenso.
45 Em sequência, foi dado o encerramento da eleição pelo Secretário Executivo, que afirmou o seu
46 posicionamento em defesa do CAS/DF, não sendo partidário da Sociedade Civil e, ou, do Governo, mais sim
47 da Política de Proteção Social exercida pelo SUAS. A condução foi passada para a Presidente eleita dando
48 prosseguimento a pauta com a aprovação das atas da 282ª Reunião Ordinária e 54ª Reunião Extraordinária.
49 Que foram aprovadas por unanimidade. Posteriormente foi sugerida a retirada do relato do processo da
50 Associação Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente dada ausência da conselheira relatora. O Secretário Executivo
51 fez a apresentação da composição da secretaria executiva do CAS/DF para os novos conselheiros, além de
52 breve relato sobre o funcionamento do Conselho, reafirmando o caráter deliberativo e de controle social do
53 CAS/DF, criado pela lei 997/95. Destacou as principais atribuições do Conselho, quanto a fiscalização do
54 serviços, do acompanhamento da composição e da execução orçamentária do FAS, e a participação do CAS
55 na formulação da PLOA, bem como da aprovação do plano de ação, que é um desenho das ações que compõe
56 todo o repasse fundo a fundo, realizado pelo fundo nacional (FNAS) para o fundo distrital (FAS), além da
57 concessão de inscrição às entidades que ofertam serviços socioassistenciais no Distrito Federal, descrevendo
58 sobre o processo de tramitação dos pedidos de inscrição de entidades e serviços junto ao CAS/DF. Ainda com
59 a palavra, Francisco Brito, ressaltou as vertentes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e destacou
60 a responsabilidade do CAS/DF, junto com o órgão gestor, atual SEDESTMIDH, pela realização da
61 Conferência de Assistência Social do DF, que é um momento importante para a política de assistência social,
62 com participação da gestão, dos trabalhadores e dos usuários do SUAS. Em sequência, apresentou a estrutura
63 do CAS, em que tem 48 conselheiros entre titulares e suplentes, representantes da sociedade civil e do governo,
64 e a composição da mesa diretora pela presidência e vice-presidência. Apresentou também as comissões:
65 Comissão de Legislação e Normas (CLN), Comissão de Orçamento e Finanças (COF) e a Comissão de Política
66 de Assistência Social (CPAS), destacando as principais atribuições de cada uma. Posteriormente, ressaltou o
67 trabalho em rede realizado pelo CAS/DF, destacando atuação conjunta com a PJFEIS, responsável pela análise
68 da prestação de contas contábeis das entidades socioassistenciais. Dando sequência a Presidente pautou a
69 recomposição das comissões, esclarecendo que aqueles que já eram conselheiros permanecem em suas
70 comissões, e os novos irão compor as vagas em aberto. Explicou que as comissões possuem um coordenador
71 e um vice, com mandato de um ano. Destacou que as comissões são eleitas no início do exercício e nesse
72 momento é importante indicar um coordenador para a Comissão de Legislação e Normas. Na composição das
73 comissões, tem-se também o critério da paridade. Na COF, tem-se a seguinte composição: Kariny, Júlio Cesar,
74 Zilmar (coordenador), Mônica, Marcos Paulo, Waldemar, Ismael, Hernany, Fabiana, Lilian, Sandra, Beto e o
75 Donizetti, e em aberto três vagas para segmento dos usuários. A CPAS, composta por Marta Sales, Giane,
76 Calebe, Alessandro, Sônia, Adriana (passou para COF), Ana Paula, Patrícia (coordenadora), Orlando, Ingrid,
77 Nathália, Marcelo, Yuri e Janaína, além de duas vagas para usuários. Quanto a CLN, tem-se Igor, Mara, Victor,
78 Emanuelle, Bianca, Eliane, Ícaro, Hanna, Naum, João Paulo, Lucinéia, Rosalda e Mara (foi feita a troca da
79 Mara para CLN no lugar do Hernan), e as três vagas dos conselheiros segmento dos usuários. A Presidente
80 deu prosseguimento pautando as demandas acumuladas do Conselho, apresentando a proposta que foi
81 acordada, sugerindo que o plano de ação deveria ser apresentado em reunião extraordinário do Pleno, devido
82 o prazo exíguo que se expirará dia 10 (dez) de setembro, para que o DF não tenha prejuízo com relação ao
83 bloqueio de repasse do governo federal. Dessa feita, a presidente afirmou ser necessário deliberar sobre o plano
84 de ação e para isso tem-se a necessidade de quórum qualificado; informou que o plano de ação já foi
85 encaminhado para todos os conselheiros, e que será realizada reunião com as duas comissões (COF e CPAS),
86 para que na quarta-feira (05/09/2018) seja realizada uma reunião extraordinária. Em seguida foi realizada uma
87 pausa na pauta para a posse de três conselheiros Lucinéia Moreia (Secretaria de Saúde), Mara Andrade
88 (Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer) e Edijanes Rosa (Segmento Usuários). Seguindo a pauta, item da
89 prestação de contas das entidades no CAS/DF, o Secretário Executivo informou que todas as entidades inscritas
90 no CAS precisam prestar contas anualmente, até o mês de abril de cada ano. Destacou que atualmente o
91 CAS/DF dispõe de 157 entidades com inscrição ativa, sendo que 15 estão com pendência na prestação de
92 contas do exercício de 2017, e que o prazo da prestação de contas já está vencido. Agora as entidades terão o
93 prazo de 15 dias para manifestação, contagem a partir do recebimento do ofício, e caso não haja retorno sobre
94 a pendência, haverá o cancelamento da inscrição. Após essa informação, os conselheiros sugeriram oficial o
95 CEBAS sobre os cancelamentos, bem como ao CDCA e o Ministério Público. Posteriormente, ocorreu a
96 Relatoria dos seguintes Processos: **Processo 380.001.180/2012** – Transforme – Ações Sociais e Humanitárias,
97 inclusão de serviços, a conselheira relatora, Daise Moisés, sugeriu o DEFERIMENTO das Ações de

98 Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos e a exclusão do Serviço de Acolhimento Institucional para
99 Crianças e Adolescentes na Modalidade Abrigo Institucional, relato realizado pela assessora Maria da Paz.
100 Votação nominal e aprovação com unanimidade. O relato seguinte também foi realizado pela assessora do
101 CAS/DF, Maria da Paz, **Processo 0431.001.022/2017** – PROSPER – Sociedade Civil de Profissionais
102 Associados, a Conselheira relatora recomendou o INDEFERIMENTO. O Conselheiro Zilmar pediu vistas dos
103 autos. Em seguida a conselheira Emanuelle relatou o processo Instituto Renascer, **Processo:**
104 **0431.00000776/2018-41**, recomendou o DEFERIMENTO do pedido de inscrição de Serviço de Convivência
105 e Fortalecimento de Vínculo, aprovado por unanimidade. **Processo 00431.00000337/2018-39** – Associação da
106 Terceira Idade do Conjunto Lúcio Costa – A Conselheira Relatora recomendou o INDEFERIMENTO,
107 processo relatado pela assessora Maria da Paz; em votação, indeferido por unanimidade. Realizada e
108 distribuição de 4 (quatro) processos de inscrição para os Conselheiros(as). Em seguida, item da pauta referente
109 ao pedido de inclusão de serviços da entidade Lar São José, foi relatado pelo secretário executivo, a relatora
110 votou pela INCLUSÃO do serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade de
111 Casa de Passagem, procedendo a alteração da inscrição 031/2012, resolução CAS/DF 30/2012, a inclusão foi
112 aprovada por unanimidade. **Informes: a)** Deu-se início com a convocatória do Ministério Público para discutir
113 a situação da Associação Cristã de Moços - ACM, o CAS/DF, representado pela secretaria executiva,
114 compareceu a reunião e contextualizou as questões pontuadas, a entidade tem inscrição de serviços no
115 CAS/DF, mais vem requerendo a inscrição de entidade. Foi negado porque essa entidade tem como atividade
116 preponderante o esporte, sua sede é uma academia como atividade principal, com serviços pagos. Na análise
117 do processo 96% dos recursos são utilizados na sede, e em sobradinho exercem o serviço de convivência com
118 os recursos de apenas 4%; **b)** Visita a Escola Vila das Crianças em Santa Maria, instituição que acolhe cerca
119 de 800 meninas no regime de internato, que se define enquanto escola, e que a maioria das meninas acolhidas
120 são do estado do Maranhão. Pelo levantamento realizado, o Ministério Público descreve uma série de direitos
121 violados. As meninas têm direito apenas a uma ligação por mês para os familiares, as cartas que recebem são
122 abertas, não têm direito à comunicação, telefones, televisão, e recebem mensalmente material de higiene
123 básico, todas utilizam uniformes, o espaço é excelente, padrão de primeiro mundo, todavia, estão privados da
124 convivência social e comunitária. A instituição não possui registro no conselho de direitos, tampouco no
125 CAS/DF. E não tem direito a registro no CDCA. Sendo referendada pela Educação. Houve um processo que
126 tramitou na Vara da Infância e tiveram ganho de causa, mas o Ministério Público reabriu o processo para
127 discussão quanto aos direitos violados das jovens. O MP e CAS/DF e o CNAS realizam visita na instituição,
128 e foram recebidos pela banca de advogados da instituição, onde foi avaliado que não se constitui um serviço
129 de acolhimento institucional. Configura um colégio em regime de internato. Não existem parâmetros de como
130 funcionar. O internato não tem legislação que rege. Não estão de acordo com a legislação. Os órgãos só podem
131 agir se houver violação de direitos. A promotora da infância, Sra. Luiza de Marillac, juntamente com a Sra.
132 Débora, Procuradora Federal do Direito do Cidadão estão acompanhando o caso. **c)** A Vice-Presidente relatou
133 sobre o Encontro do Serviços de Acolhimento do Distrito Federal, realizado dias 23 e 24 de agosto de 2018 na
134 Vara da Infância e Juventude, com a presença de dirigentes e corpo técnico de todos os serviços de acolhimento
135 do DF, buscou-se debater sobre as propostas, desafios, perspectivas e soluções criativas para a execução do
136 referido serviço. Elencaram quatro pontos: nível organizacional, relação da rede socioassistencial e protetiva,
137 atendimento a família e o perfil de adolescente do serviço de acolhimento. Destacou a fragilidade da rede
138 socioassistencial e protetiva no DF e apresentou o cenário do serviços de acolhimento no DF, sendo um total
139 de quinze serviços de acolhimento, três governamentais e doze não governamentais, com ênfase na dificuldade
140 de atendimento das demandas do público adolescente. Diante das dificuldades, as instituições que ofertam os
141 serviços de acolhimento, sob anuência da Vara da Infância, construíram um documento que pode se tornar
142 uma carta compromisso. Dando prosseguimento, o Secretário Executivo explicou que o CAS/DF ainda não
143 recebeu retorno da PJFEIS quanto a situação da mesa diretora, referente à interpretação legal acerca das
144 alternâncias da presidência da mesa. Informou que o CAS oficiou a Promotoria, no entanto, até a data do pleno
145 não obteve resposta. Em continuidade, falou sobre a reunião trimestral do CNAS, com os conselhos estaduais
146 e com o CAS, prevista para o dia 10 de setembro e com disponibilidade de participação dos conselheiros(as)
147 Giane, Waldemar, Rosalda e Igor. **d)** Foi informado também que o Conselho recebeu a visita de uma
148 pesquisadora, professora Berenice da PUC do Rio Grande do Sul, que faz pesquisa e avaliação nacional da
149 Política de Assistência Social, e está visitando os conselhos estaduais, no qual o CAS/DF foi selecionado. **e)**
150 Por fim foi divulgado que nos dias 26 e 27 de setembro de 2018, a realização do Encontro de Apoio Técnico
151 do MDS realizado pela SNAS. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente do CAS/DF, declarou encerrada

152 a Reunião às 12h40m (doze horas e quarenta minutos), na qual eu, Francisco Brito, Secretário Executivo do
153 CAS/DF, com o auxílio da Assessora Maria da Paz, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue
154 assinada pela Presidente do CAS/DF, Conselheira Kariny Geralda Alves Veiga, e por mim.

155 
156 **Kariny Geralda Alves Veiga**
157 Presidente do CAS/DF


Francisco Brito
Secretário Executivo CAS/DF